

O sabor de isopor

JOELMIR BETING

No encontro de Cartagena, o Brasil desfila uma postura política para uso externo: somos signatários de qualquer projeto por uma nova ordem econômica internacional. De preferência, uma reforma ampla, geral, irrestrita e urgente, capaz de contemplar: A) a renegociação da dívida externa do Terceiro Mundo em bases suportáveis nos prazos, nas taxas e nos fluxos de caixa; B) a desmontagem progressiva das barreiras tarifárias que bloqueiam, nos países ricos, o desembarque das exportações sem alternativa dos países endividados em dólar; C) a reativação da economia mundial a partir do saneamento orçamentário e financeiro de países ricos, pobres e remediados, abertos, mistos ou fechados.

Para os termos de uma

Carta de Cartagena, nenhuma restrição: o discurso tem sabor de isopor, no melhor estilo da diplomacia sem compromisso.

Na prática, para uso interno de cada signatário, são outros quinhentos por cento: cada um para si, o FMI para todos.

Cartagena tem a humildade de descartar a proposta de fundação de um cartel de devedores, que alguns radicais preferem chamar de "clube da usura", com sua remarcação de juros por telex ou por telefone.

Os devedores é que não podem brincar de cartel ou de clube, que os acionistas dos bancos ficam zangados e proíbem qualquer iniciativa de renegociação de fluxos, prazos e taxas. E através dos respectivos bancos centrais, reunidos segunda-feira em Basileia, renovaram as advertências da cúpula dos sete grandes, em Londres, semana passada:

"Qualquer renegociação da dívida vencida e qualquer tomada de crédito novo não podem dispensar a intervenção das patrulhas expedicionárias do FMI, que é do ramo"

★★★

Cada caso é um caso, suspira a administração brasileira. O importante, segundo Brasília, é restaurar a ficha cadastral do Brasil nos bancos internacionais.

De que maneira? Cumprindo, ao pé da letra, com casca e tudo, a qualquer preço, o programa de ajuste econômico aprovado e vigiado pelo FMI. Parece que o México não tem feito outra coisa e está conseguindo recompor suas posições em bases menos traumáticas, no dizer de Jacques de Laroisière, Diretor-Geral do FMI. Bem ao contrário, a Argentina não se enquadra na camisa-de-força da austeridade corretiva e não mais consegue rolar nem enrolar os compromissos vencidos, ao tempo em que bate com o nariz nas portas fechadas de todos os bancos.

Entre a privação festejada do México e a rebelião ensaiada da Argentina, posições claramente confrontadas na conferência dos 11 endividados, em Cartagena, o Brasil alinha-se com os mexicanos.

★★★

A justificativa é do Ministro Ernane Galvães, em linguagem nada diplomática, para um auditório de respaldo, o da Escola Superior de Guerra, semana passada. Disse o Ministro para o Brasil e para o mundo:

— Não vamos pagar dívida alguma. Os banqueiros sabem disso. Vamos continuar pagando os juros vencidos com os créditos novos. O im-

portante é honrar os juros, ainda que engordando o prin-

cipal. O principal não se paga, rola-se. Ou, se preferem: dívida externa foi inventada para ser administrada, não para ser paga...

Uma colocação fora de esquadro no tempo, ainda que não no espaço.

Para rolar a dívida, é preciso contar com o cofre aberto do credor, naquele velho lance de pagar o débito vencido no guichê 22 com o crédito novo sacado no guichê 21. Pois os cofres dos bancos estão fechados para o Brasil e para o Terceiro Mundo desde setembro de 1982. Tanto assim, que tivemos de recorrer à tutela desconfortável do FMI.

★★★

O Ministro Ernane Galvães passou ao largo desse constrangimento e completou o pulo do gato da dívida em dólar:

— No pagamento da dívida externa, não existe fórmula mágica, muito menos de cunho político. O resto é bravata nacionaleira, que só faz por romper a corda do lado mais fraco, o lado de quem deve. Temos de brigar, isto sim, é pela redução ou mesmo pelo tabelamento dos juros. Aí cabe o esforço conjunto dos países devedores para uma pressão articulada, pelos canais políticos, se preciso, sobre os governos e os bancos dos países credores. Mas sem moratória coletiva ou coisas do gênero. Na reforma dos contratos, porém, a operação deve ser bilateral do ponto de vista do devedor e coletiva do lado dos bancos e respectivos governos. A negociação de governo para governo não existe. Ou melhor: só existe na demagogia de quem não conhece a estrutura e o funcionamento das finanças internacionais.

★★★

Em Cartagena, o Brasil fala menos pelo Ministro Ernane Galvães e mais pelo Chanceler Saraiva Guerreiro — que a conferência é de natureza política e não técnica.

Em termos políticos, o Brasil respeita a posição da Argentina. Buenos Aires sabe como funciona o sistema financeiro internacional, mas admite a possibilidade de não pagar para ver. O problema não é o de poder ou não poder pagar a dívida vencida, mas o de querer ou não querer aceitar os juros decretados, unilateralmente, pelos bancos.

Do ponto de vista ético, o calote está na mesma categoria da usura.

★★★

No encontro de Cartagena, a América Latina acaba oscilando entre a contestação política da Argentina e a resignação contábil do Brasil. Um crítico musical afetado diria em papo de coquetel: enquanto o Brasil se deixa embalar pela contemplação de um Debussy, a Argentina se inflama com a proclamação de um Beethoven.

É provável que prevaleça uma proposta básica da delegação argentina: a articulação de entendimentos de governo para governo, com o progressivo esvaziamento do poder de intervenção do FMI. E não apenas pelo impasse dos juros, também pela vinculação do serviço da dívida ao fluxo de comércio, bloqueado por medidas protecionistas dos governos (e não dos bancos) dos países credores.

★★★

Na remoção do mataburro planetário da debt crisis, a participação do Gatt seria mais importante que a intromissão do FMI.

Cartagena pode fertilizar isso.